

**VISITA DA PASTORAL
PARLAMENTAR CATÓLICA
DO BRASIL**

A

**SUA SANTIDADE O
PAPA JOÃO PAULO II**

Vaticano - 1998

VISITA DA PASTORAL PARLAMENTAR CATÓLICA DO BRASIL A SUA SANTIDADE O PAPA JOÃO PAULO II

Na manhã de sábado, 16 de maio de 1998, o Papa João Paulo II recebeu em audiência solene um grupo de políticos brasileiros, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, e familiares, tendo à frente o Vice-Presidente da República Marco Maciel. O encontro com o Papa assinalava o ponto central da visita da Pastoral Parlamentar Católica do Brasil, que pouco antes havia participado, na Basílica de São Pedro, na concelebração da Eucaristia presidida por D. Geraldo Majella Agnelo, então Secretário da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, hoje Cardeal de Salvador e Primaz do Brasil.

O Vice-Presidente Marco Maciel dirigiu, na oportunidade, a seguinte saudação a Sua Santidade o Papa João Paulo II:

Santo Padre,
Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Santidade para, respeitosamente, saudá-lo em nome da Pastoral Parlamentar Católica do Brasil, que se reúne, há anos em Brasília, e expressar o nosso reverente contentamento ao Pastor da Igreja e Sucessor de Pedro pela oportunidade deste encontro, realizado em seqüência a sua visita pastoral ao Rio de Janeiro.

O que nos congrega – mandatários do povo, integrantes de distintas agremiações partidárias – é nosso profundo e apaixonado acolhimento pela palavra de Deus, ouvida, meditada e vivida, haurida do Evangelho, do Magistério da Igreja e de sua rica doutrina social.

Disse, certa feita, um dos inspirados predecessores de Vossa Santidade – Pio XI – que a política, depois da religião, é a mais nobre atividade do ser humano. A afirmação nos serve, a um só tempo, de estímulo e desafio.

Na verdade, a política não é profissão, mas uma atitude de vida; significa, quando correta e integralmente exercitada, ação missionária voltada para a realização do bem comum.

Busca, assim, a Pastoral Parlamentar Católica do Brasil, em meio aos seus múltiplos encargos, ter presente a necessidade de que a sua ação seja fertilizada pelo ensinamento de Cristo e de sua Igreja, reconhecida como «perita em humanidade». Esses preceitos devem constituir os alicerces da política, já elencada na filosofia tomista entre as ciências éticas.

Cabe-nos, dessa maneira, considerar que a política, enquanto «arte, ciência e virtude do bem comum», obriga a todos nós, na condição de católicos praticantes, proceder de forma que a fé ilumine e inspire nossa conduta de representantes do povo, mesmo porque, como sentenciou lucidamente São Tiago, «a fé sem obras é inoperante».

A fé, por não ser apenas uma necessidade do espírito, impõe uma postura que vertebra o homem todo, orientando sempre o seu agir no desempenho do múnus público.

É o que recolhemos, Santíssimo Padre, das densas palavras do seu Magistério, ao prelecionar que «a utilidade da fé não é comparável com algum bem, nem mesmo com bens de natureza moral», para concluir «... a utilidade essencial da fé consiste no fato de que, por meio dela, o ser humano realiza o bem de sua natureza racional», como se lê no livro «Cruzando o limiar da esperança».

Santo Padre,

O Brasil conquistou a sua estabilidade política, de que a Constituição de 1988 foi a conclusão de um longo processo de transição para a democracia. Agora consolida a sua estabilidade econômica, que nos livrou de elevadas e recorrentes taxas de inflação, que tanto castigavam, sobretudo os mais pobres. Vivemos, portanto, um momento fértil de nosso evoluir como Nação, ensejando a convicção, compartilhada pela sociedade e pelo governo, de

que a atual e urgente prioridade em nosso País é a promoção da justiça social, para elevar as condições de vida dos mais carentes e reduzir vigorosamente a enorme concentração de renda que ainda estigmatiza a nossa gente, especialmente no Nordeste, que vive momento de grave seca.

Ressaltamos, com justificado orgulho, o fato de abrigar, em nosso território a maior população católica do mundo, agora agraciada com a decisão do Sumo Pontífice de nomear o sexto Cardeal brasileiro na pessoa do eminente Dom Serafim Fernandes de Araújo. Por oportuno, não podemos deixar de mencionar que o desabrochar do terceiro milênio da era cristã, cujas celebrações a Igreja organiza, inspiradas na Carta Apostólica de Vossa Santidade «Tertio Millennio Adveniente», acontecem por uma coincidência que parece obra do Criador, no mesmo momento em que o Brasil comemora os 500 anos de sua existência como Nação.

Rogamos a Vossa Santidade, Papa João Paulo II, Vigário de Cristo e Papa Peregrino, como privilegiados com a sua visita por três vezes a nosso País, que dê, uma vez mais, a cada um de nós e a toda nossa Pátria, a graça de sua bênção, para que encontremos forças para transpor os umbrais do novo século, perseverantes no propósito de construirmos uma sociedade democrática, desenvolvida e justa, conservando-a fiel às lições do Evangelho de Cristo ontem, hoje e sempre.

Discurso de Sua Santidade

*Senhor Vice-Presidente da República
Senhores Senadores e Deputados
Caríssimos Irmãos e Irmãs!*

1. Sinto-me feliz por acolher, junto aos túmulos dos Apóstolos Pedro e Paulo, a vós que representais hoje, aqui em Roma, o Parlamento da nobre e querida Nação brasileira. Este encontro dá-me a oportunidade de vos apresentar algumas reflexões acerca da vossa condição de políticos católicos, cuja atuação deve poder espelhar as aspirações da grande maioria da população do Brasil.

O cristão comprometido na vida pública tem o dever de defender o homem e de promover os seus direitos, como qualquer outro político. Este dever, porém, cabe-lhe por maior razão, porque ele sabe que cada ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus e é chamado a ser, em Cristo, filho adotivo, para participar da sua mesma vida.

Porém, diante da contínua agressão de um materialismo anticristão que se propaga em muitos setores da sociedade, faz-se ainda mais urgente o atento compromisso do fiel cristão, por uma coerência sempre maior na gestão da vida pública. Por isso, «a Igreja não cessa de implorar de Deus a graça de que não venha a faltar nunca a retidão nas consciências humanas, que não se embote a sua sensibilidade sã diante do bem e do mal» (Carta Enc. Dominium et vivificantem, 47). A vós, políticos de uma Nação de eminente tradição católica, cabe a importante incumbência, como cidadãos livres e responsáveis, de zelar pela correta aplicação dos princípios morais que, baseados na lei natural, se acham confirmados na revelação. Sobre estes princípios apoia-se o verdadeiro bem de toda a sociedade. A mesma Igreja não cessa de orientar as consciências, sem jamais interferir nas opções políticas concretas tomadas livremente, pois não é esta a sua missão.

Realizando o mandato dos eleitores, a vossa primordial tarefa é sentir o conjunto do povo brasileiro, constituído por este admirável amálgama

de raças e de populações, algumas delas imigradas de nações limítrofes ou provindas, há várias gerações, de outros países. Assim como Jesus Cristo não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida em resgate de muitos (cf. Mt 20, 28), o empenho na vida pública deve ser entendido por todos os cristãos, e por vós de modo especial, como um serviço aos irmãos, a fim de promover o respeito dos direitos humanos de todos, especialmente dos mais pobres e necessitados.

Estou certo de que concordareis comigo, que aqueles objetivos serão melhor alcançados, na medida em que fordes católicos esclarecidos e praticantes e participardes ativamente, como cidadãos comuns, nesta importante tarefa. Mais ainda: se houver uma atitude irrepreensível na prática das virtudes morais, especialmente da justiça e da temperança; não é suficiente proclamar a verdade se, ao mesmo tempo, não se «põe em prática a palavra» (Tg 1. 23); neste sentido, é fundamental, para uma harmoniosa convivência em todos os âmbitos da vida política, «a veracidade nas relações dos governantes com os governados, a transparência na administração pública, a imparcialidade no serviço das Instituições públicas, o respeito dos direitos dos adversários políticos» (Carta Enc. Veritatis splendor; 101). E, finalmente, se não tiverdes receio de testemunhar e defender um sadio humanismo cristão, também no ambiente político e social, sereis capazes de afirmar que o bem comum está sempre acima dos interesses partidários.

Entre as vossas missões, uma das mais importantes é, sem dúvida, o aperfeiçoamento permanente do corpo legislativo, a fim de que as leis estejam ao serviço da vida e de todas as pessoas. Uma legislação positiva não pode ser constituída independentemente do respeito da lei natural e dos valores morais fundamentais. Em nome do princípio democrático, não se pode questionar a dignidade inalienável de todo ser humano. Na Encíclica Centesimus annus, eu quis recordar que «uma democracia sem valores se converte facilmente num

totalitarismo declarado ou dissimulado» (46). Por isso, uma das tarefas mais urgentes do político cristão é levar o Evangelho «a todos os caminhos do mundo» (Christifideles laici, 44), em particular aos meios de comunicação social, cujo poder não se deve subestimar. O político não representa em primeira linha a si próprio, mas antes a verdade a que se sente obrigado.

Conheço o vosso esforço por defender os princípios que têm sua origem no Evangelho da vida. Sei bem que não vos é fácil pô-los em prática dentro da Assembléia Legislativa, no contexto do pluralismo parlamentar. O direito à vida; o da dignidade da família e o da instrução religiosa nas escolas; a defesa das prerrogativas essenciais que exigem o mais fino e delicado respeito pela mulher brasileira e pela infância, o dever de garantir o direito ao trabalho e sua justa remuneração; o combate à seca; o empenho por garantir uma reforma agrária efetiva, justa e eficiente (cl. Pontifício Conselho «Justiça e Paz», 23-XI-1997, n. 35); e, para não citar outros, a preocupação pela correta aplicação das leis vigentes tanto no amparo dos migrantes, quanto das populações indígenas. Que Deus siga abençoando esse esforço conjunto, permeado de caridade cristã, especialmente quando dedicado à família brasileira.

4. Senhor Vice-Presidente da República
Senhoras e Senhores!

«A Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da Nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, ao serviço dos homens» (Gaudium et spes, 75). Com estas palavras do Concílio Vaticano II, desejo concluir agradecendo por tudo o que fazéis, com espírito evangélico, em favor da vida política no Brasil. De igual modo, é meu propósito estimular vosso espírito de serviço que, juntamente com as necessárias competência e eficiência, pode tornar transparente toda atividade orientada para o bem comum da sociedade como, aliás, o povo justamente o exige. A vós pessoalmente e a todos aqueles que colaboram convosco na edificação de uma cultura da vida, concedo de coração a Bênção Apostólica.



Marco Maciel foi eleito, em 1994, e reeleito, em 1998, Vice-Presidente da República na chapa liderada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Elegeu-se Senador por Pernambuco sucessivamente em 1982 e em 1990, exercendo no Senado Federal relevantes funções, inclusive as de Líder de seu Partido, o PFL. Deputado Federal por duas legislaturas, presidiu a Câmara dos Deputados e a Fundação Milton Campos de Estudos e Pesquisas Políticas. Convidado por Tancredo Neves, foi Ministro da Educação no Governo José Sarney. A seguir, ocupou o cargo de Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Governou o Estado de Pernambuco (1979/1982) depois de haver exercido o mandato de Deputado Estadual e desempenhado as funções de líder do governo na Assembléia Legislativa.

Em meio às atividades acadêmicas, presidiu o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e a União dos Estudantes de Pernambuco. É advogado e professor titular (licenciado) de Direito Internacional Público na Universidade Católica de Pernambuco.

Entre os projetos de sua iniciativa na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, destacam-se os que resultaram nas seguintes leis: que fixa normas para engenharia genética e regula a liberação de organismos geneticamente modificados (clones); da arbitragem para dirimir litígios; que regulamenta estágios de estudantes em empresas. Por sua inspiração, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a lei que restaurou a representatividade da UNE e da UBES, proscritas desde 1964.

*Escreveu os livros *Vocação e Compromisso* (1982, José Olympio Editora); *Educação e Liberalismo* (1987, idem); e *Liberalismo e Justiça Social* (1987, Instituto Tancredo Neves); *Idéias Liberais e Realidade* (1989, José Olympio Editora); e *Manual do Vereador* (1997, Massao Ohno).*

Nasceu no Recife em 21/7/40 e é casado com Anna Maria Ferreira Maciel. Tem três filhos e dois netos.